

Software Livre e o Ensino Público: limites e perspectivas

Laura Bittencourt Paiva

Valquíria Lopes Rabelo

RESUMO

Este artigo pretende analisar quais as perspectivas da adoção do sistema e da filosofia de *Software Livre* no Ensino Público, considerando as dificuldades e limitações ainda existentes.

Será abordado, particularmente o caso das Universidades Públicas, e a relação do *Software Livre* com os valores que determinam as políticas das universidades, a saber: pesquisa, ensino e extensão.

Partindo do exemplo do site Domínio Público, pretende-se ainda discutir qual a relação das ações e incentivos governamentais para fomentar e difundir iniciativas relacionadas a promoção do uso do *Software Livre*.

Palavras-chave: *Software Livre*, Ensino Público, Políticas Públicas e da Universidade.

1. Introdução

O artigo a seguir parte da definição de *Software Livre*, apresentando as características que permitem determiná-lo como tal e as justificativas que legitimam sua existência, relacionando seu uso e promoção no Ensino Público.

O “Ensino Público” é entendido e delimitado neste estudo como as instituições e iniciativas governamentais, financiadas pelo que comumente atribuímos como ‘dinheiro público’.

Neste sentido, consideramos importante retratar os limites e perspectivas do uso destes tipos de programas de computador, vinculando a adoção e ampliação da divulgação destes softwares à políticas públicas que possam incentivá-los.

A partir desta perspectiva, apresentamos o caso das Universidades Públicas, cuja política de valores, composta pelo tripé ‘ensino, pesquisa e extensão’, configura-se como um aporte para a implementação dos softwares livres, além de poderem ser facilmente identificadas dentro da relação que aqui pretendemos estabelecer – situada entre as políticas do software livre e de instituições de ensino público.

Por fim, destacamos, brevemente, o exemplo do site ‘Domínio Público’, software livre em que são publicados, obrigatoriamente, publicações científicas financiadas por alguns programas governamentais. Vamos utilizá-lo como apontamento e ilustração das limitações e perspectivas do uso de softwares livres no ensino público através de políticas governamentais.

2. Software Livre no Ensino Público: levantamento de limites e perspectivas e o papel das Políticas Públicas

De acordo com definição criada pela *Free Software Foundation*- “organização sem fins lucrativos destinada à eliminação de restrições à cópia, redistribuição, entendimento e modificação de programas de computador”¹ -, *Software Livre* é qualquer tipo de programa de computador que tem a possibilidade irrestrita de uso, cópia, estudo e redistribuição.

O termo e conceito de livre, estabelece uma oposição ao de software proprietário, que é restritivo e tem sua venda destinada à obtenção de lucro. Ainda de acordo com a FSF – *Free Software Foundation*, para ser considerado “livre”, um software deve atender aos seguintes tipos de liberdade, determinados pela própria FSF:

- Liberdade 0: A liberdade para executar o programa, para qualquer propósito;

¹ Definição retirada do Site FSF – Free Software Foundation.

- Liberdade 1: A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades;
- Liberdade 2: A liberdade de redistribuir, cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo;
- Liberdade 3: A liberdade de modificar o programa, e liberar estas modificações, de modo que toda a comunidade se beneficie.

De maneira geral, o modo usualmente utilizado para distribuir os softwares livres é a anexação de uma licença de software livre a este, juntamente com a disponibilização do código fonte do programa. Este último pré-requisito, está vinculado ao acesso às liberdades 1, 2 e 3 citadas anteriormente.

Partindo das definições acerca de software livre apresentadas, podemos antecipadamente, relacionar seu uso ao Ensino Público e aos possíveis benefícios da ampliação de sua implantação em instituições deste tipo.

Primeiramente porque, sendo que o software livre não tem como objetivo principal a obtenção de lucro, a instalação e manutenção deste tipo de programa implicaria em uma grande economia aos cofres públicos. Em segundo lugar, mas não como último aspecto, a filosofia que permeiam as liberdades que determinam o que é um software livre, promovem a difusão e compartilhamento de conhecimento, o que por si só, traduz-se em benefícios para qualquer utilização de cunho educacional.

Neste sentido, há interesse e já há a adoção de medidas governamentais que ampliem o uso e acesso à programas de computador deste tipo. Este passo, certamente é uma iniciativa fundamental para a promoção do uso de softwares livres, visto que a partir das decisões governamentais, as instituições públicas tem de se adequar a estas determinações.

A grande questão a qual não devemos nos isentar de questionar é se as políticas de incentivo governamental limitam-se a estas determinações, restringindo-se à oferecer simplesmente o acesso ao software livre, de modo a não desenvolver-se em novas etapas que implicariam a disseminação do conhecimento para o melhor aproveitamento

dos programas, e a socialização deste aprendizado com sujeitos que a *priori*, não estarão diretamente vinculados às suas políticas de implementação, como os estudantes de escolas privadas, por exemplo.

Estas questões, levantadas a partir da caracterização e definição de software livre, apresentam um panorama do que se constitui como limites e perspectivas de seu uso.

3. Considerações Finais

Vinculada às políticas públicas de incentivo à adoção do software livre no Ensino Público, está o caso das Universidades, que tem como pilar de valores o ensino, a pesquisa e a extensão.

Como mencionado anteriormente, às possibilidades de difusão e compartilhamento do conhecimento, que temos como pressuposto das liberdades que definem um software como livre, relacionam diretamente a este tripé valorativo que constitui a política das universidades.

Porém, não podemos deixar de destacar que o incentivo político, tem suas limitações, visto que existem algumas etapas até que possa se constituir o “uso de um software livre”, propriamente dito. É preciso facilitar o acesso, o que as determinações de algumas políticas públicas tem conseguido, mas ainda é necessário investir na disseminação de seu conhecimento à sociedade e a socialização do aprendizado acerca deste, de maneira que não se restrinja a certas comunidades.

Podemos citar o exemplo do software livre da biblioteca digital da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação do Brasil, o Portal Domínio Público.

Apesar de fazer obrigatório a publicação de pesquisas financiadas pelo governo, seu acesso ainda é muito complicado e difícil, sendo uma boa ilustração da discussão acima sobre os limites e perspectivas do uso de softwares livres.

5. Referências Bibliográficas

Site da FSF – Free Software Foundation. < Disponível em www.fsf.org.> Acesso em 30 de outubro de 2011.